

ASPECTOS GERAIS DA DEMOGRAFIA CATARINENSE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Beatriz Tamaso Miotto¹

INTRODUÇÃO

A dinâmica demográfica brasileira apresentou mudanças significativas nos últimos trinta anos. Estas foram condicionadas pelas transformações socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira tendo como consequência alterações tanto nos padrões como nos níveis dos principais componentes demográficos do país. A tendência de queda no nível de fecundidade, a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida e a rápida diminuição da taxa de crescimento anual da população (1,17% entre 2000 e 2010 – a menor na história do país) colocam questões importantes para o entendimento e formulação das necessidades e políticas voltadas para os diferentes estratos da população.

Outro aspecto importante desse processo é o sistemático aumento do grau de urbanização, que passou de 83,3%, em 2000, para 85,9%, em 2010. Esse incremento mostra como o aumento da população urbana também impõe questões específicas da ocupação do espaço, crescimento das cidades, infraestrutura social urbana, etc.

Santa Catarina acompanhou a tendência nacional, mas obviamente com algumas especificidades. Este artigo mostra o quadro geral da demografia do estado e discute alguns dos principais dilemas a serem enfrentados. Ele se divide em duas seções: a primeira trata dos aspectos gerais da evolução da população catarinense, enquanto que a segunda discute mais acuradamente os problemas das cidades e da urbanização.

1 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CATARINENSE

Desde a segunda metade do século XX Santa Catarina tem experimentado uma queda no ritmo de crescimento populacional. Conforme indica a tabela 1, entre 1970 e 1980 a taxa anual de crescimento do estado era de 2,33%, passando para 1,57% no último período censitário (2000 – 2010). Em comparação às taxas nacionais de crescimento nos últimos 20 anos as do estado foram maiores, principalmente em função

¹ Doutoranda do curso de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. Bolsista CAPES. Email: bea.miotto@gmail.com

de Santa Catarina se tornar receptor líquido de migrantes, diferentemente do que ocorreu no período posterior ao fechamento da fronteira agrícola no oeste do estado durante os anos 1970.

Isso se confirma pelo fato da taxa total de fecundidade no estado, sistematicamente inferior à brasileira, apresentar tendência de queda no período. Os dados das fontes como o SINASC/IBGE e DATASUS/IBGE não são idênticos, porém confirmam a situação: no primeiro caso entre 2000 e 2010 a fecundidade total entre mulheres em Santa Catarina caiu de um número médio 2,02 para 1,58 filhos; no segundo – que abarca período mais amplo entre 1991 e 2008 – a queda foi de 2,53 para 1,65 filhos. Como colocam Berquó e Cavenaghi² (2006), a queda da fecundidade abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) geralmente redundava numa diminuição do volume da população e contribui sobremaneira para o seu envelhecimento. As taxas brutas de natalidade (DATASUS/IBGE) obviamente seguem a mesma direção: caíram de 22,55 nascidos vivos/mil habitantes em 1991 para 14,07 em 2008.

Tabela 1 – Grau de Urbanização e Taxa Anual de Crescimento (%):
Brasil e Santa Catarina - 1960/2010

	1970	1980	1991	2000	2010
Grau de urbanização BR	55,98	67,70	75,47	81,23	84,35
Grau de urbanização SC	43,23	59,70	70,64	78,73	83,99
Taxas de crescimento BR		1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Urbana		4,48	3,06	2,19	1,56
Rural		-0,61	-0,82	-1,23	-0,64
Total		2,51	1,95	1,45	1,18
Taxas de crescimento SC		1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Urbana		5,68	3,48	3,08	2,23
Rural		-1,12	-0,99	-1,74	-1,28
Total		2,33	1,90	1,84	1,57

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos 1970/2010

² Berquó ES, Cavanaghi SM. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos** – CEBRAP 2006; 74: 11-5.

Outro aspecto a ser destacado é a evolução da estrutura etária da população, verificada através das pirâmides etárias correspondentes aos anos de 2000 e 2010. Podemos notar a confirmação da diminuição da base da pirâmide que já se mostrava nos Censos anteriores, ou seja, houve redução da população menor de 19; como contrapartida, houve um adensamento da população acima de 40 anos e também a diminuição do percentual da população jovem do estado, ou seja, uma diminuição da participação dos menores que 15 anos no total da população.

Junto com a diminuição da população jovem, outro determinante da modificação na razão de dependência (participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo – 0 a 14 anos e acima de 65 anos – em relação à população potencialmente ativa – entre 15 e 64 anos) tem sido o aumento da população idosa. Em 2010 a razão de dependência em Santa Catarina foi de 40,42% e do país de 45,90%. É importante notar que apesar da razão de dependência do estado ser menor que a nacional, o índice de envelhecimento, ou seja, a relação entre população idosa e jovem (maior de 65 anos e menor que 15 anos) é maior em Santa Catarina do que no país, de respectivamente 31,81% e 30,65%. Cabe ressaltar que houve um aumento significativo desse índice em relação ao Censo de 2000, que apontou um índice de envelhecimento de apenas 19,10% no estado. Compondo o mesmo cenário de envelhecimento da população, a evolução da esperança de vida ao nascer em território catarinense passa de 73,5 para 75,8 anos e no Brasil de 70 para 73,3 anos entre 2000 e 2008 (dados do DATASUS).

Em síntese, os dados apontam para o envelhecimento da população catarinense em um ritmo maior que a média brasileira. Esse fenômeno suscita a necessidade de pensar o andamento das políticas públicas e de proteção social aos idosos catarinenses, em especial pelo fato de, atualmente, não haver uma coordenação mais especializada das políticas voltadas para esse estrato da população – não há, por exemplo, assistência domiciliar ou centros de acolhimento. Como apontam as pesquisas recentes³, por um lado, vivemos uma tendência generalizada de responsabilizar as famílias pelo atendimento das necessidades dos idosos, o que compromete não só o orçamento ou sobretrabalho familiar, como também a autonomia dos próprios idosos. Por outro, a participação da renda do idoso (previdência ou benefício de prestação continuada) na renda familiar tem crescente importância na manutenção das condições de vida das famílias.

³ CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social** 12, Brasília, v.1, n. 1, p.165-190, 01 jan. 2003.

2 – A URBANIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DAS CIDADES

A história da urbanização catarinense acompanha os clássicos movimentos de desruralização e industrialização, processos que atenderam as necessidades de concentração e centralização do capital (forças produtivas) e das pessoas no espaço. Isso se deu, particularmente, após o esgotamento da ocupação da fronteira agrícola nos anos 1970, num cenário onde os movimentos migratórios internos se tornaram cada vez mais importantes na dinâmica demográfica catarinense. Mais recentemente, o aumento do grau de urbanização e a desruralização foram diretamente influenciados pela reestruturação e modernização produtiva das atividades no meio rural; tal indicador passa de 43,23% em 1970, para 83,99% em 2010 (Tabela 1). As taxas de crescimento da população rural, persistentemente negativas e em maior proporção que a média brasileira, também podem ser entendidas a partir destes processos. No período 2000/2010 essa taxa foi o dobro da nacional (-1,28% sobre 0,64%, conforme tabela 1) comprovando o aumento sistemático do perímetro urbano dos municípios e, principalmente, a incapacidade de retenção da população no meio rural.

No fim do século XX e início do XXI desenvolveu-se, portanto, não só um forte processo de desruralização/urbanização, mas também um movimento de concentração espacial da população em determinados centros urbanos. Uma evidência disso é que os dez maiores municípios do estado responderam em 2010 por quase 40% do total da população (Tabela 2).

Além da concentração nesses municípios, na sua maioria comandantes das dinâmicas sub-regionais (como Joinville, Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma), ainda destacam-se as altas taxas de crescimento da “periferia” dessas regiões (Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul – em menor medida), seja formando aglomerados urbanos – principalmente no litoral – seja adensando a região metropolitana da capital catarinense. Em sentido oposto, os municípios que circundam as regiões Serrana e Oeste perderam sistematicamente população, sendo que as capitais regionais de Chapecó e, principalmente Lages, não conseguiram “amortecer” os fluxos migratórios oriundos de suas regiões que tenderam a destinar-se predominantemente

para o litoral, conformando a chamada “litoralização” do estado⁴. Cabe ressaltar que a metropolização de Florianópolis foi tardia em relação ao restante das regiões brasileiras, assim como o adensamento do litoral, que hoje forma uma área praticamente contígua e articulada do ponto de vista econômico e de infraestrutura.

Tabela 2 – 10 maiores município de Santa Catarina: população, participação no estado e taxa anual de crescimento (%) – 2000/2010.

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos do IBGE - 1970 a 2010

Estes dois movimentos gerais da população catarinense (concentração e esvaziamento) também são vistos através da crescente participação dos municípios pertencentes aos maiores estratos no total da população. Conforme os dados dos Censos Demográficos entre 1991 e 2010, naqueles municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes a participação subiu de 32,9% para 42,7% e, em contrapartida, há uma diminuição abrupta dos municípios entre 10 e 50 mil habitantes cuja participação declina de 40,9% para 29,9%. Outro fato que chama atenção é o aumento do número e da participação dos municípios de até 5 mil habitantes. Isso se deve, por um lado, à criação de novos municípios a partir da década de 1990 (foram criados 96 novos municípios); por outro também se deve à diminuição absoluta da população de alguns municípios que perderam posição nesse quadro, principalmente a partir de 2000 – o aumento do número de municípios até 2 mil habitantes é prova disso.

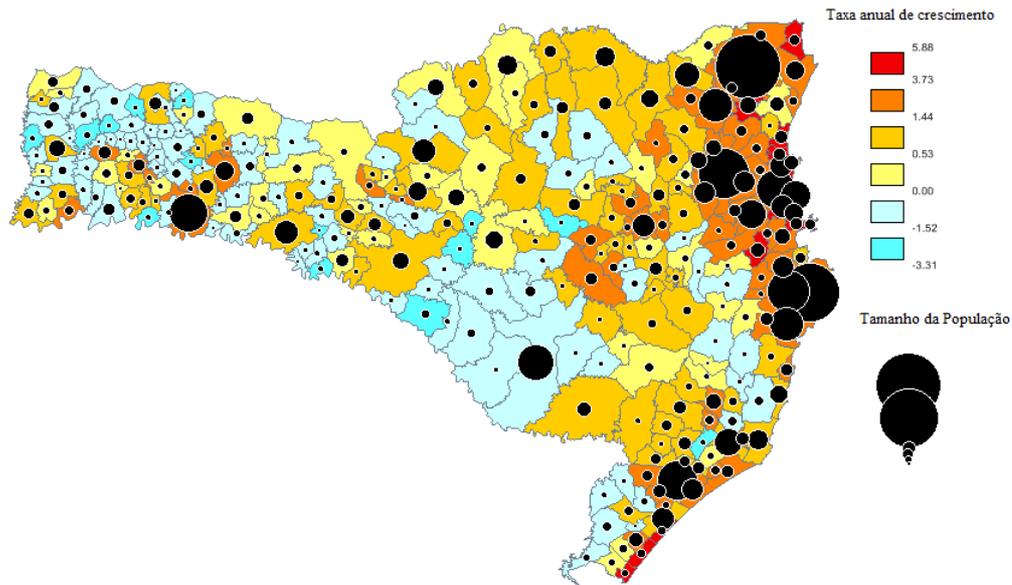
O mapa⁵ a seguir ilustra essa realidade, delimitando os municípios catarinenses, suas taxas anuais de crescimento, e o tamanho de sua população. As áreas azuis são

⁴ MIOTO, B.T. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)**. 2011. 139 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000798983>>.

⁵ Os dados brutos foram retirados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

aquelas de crescimento negativo (concentradas nas regiões Oeste e Serrana) e as laranjas e vermelhas são de maior crescimento (concentradas no litoral), ou seja, áreas concentradoras dos maiores núcleos populacionais.

Mapa 1: Taxa anual de crescimento e tamanho da população em Santa Catarina. 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Portanto, mesmo que Santa Catarina tenha se tornado, no final do século passado, receptor líquido de migrantes em relação a outras regiões do país, a migração interna passou a ser elemento fundamental na dinâmica demográfica. A concentração engendrada por esses movimentos – que tem respaldo também nos principais indicadores econômicos – é resultado do aprofundamento das desigualdades intra-regionais no estado, tendo como correspondência o aumento das desigualdades intra-urbanas, oriundas do padrão de crescimento das principais cidades (ocupação ilegal, favelização, violência, condições precárias de habitação e mobilidade urbana, segregação socioespacial, etc.).

